

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 37 No. 2 Maio - Agosto 2024

ENSAIO

OS LAÇOS QUE NOS UNEM: UMA HISTÓRIA ARQUEOLÓGICA DO COSMOPOLITISMO AFRICANO/IORUBÁ E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A COLABORAÇÃO NO ATLÂNTICO SUL

Akinwumi Ogundiran*

Tradução de Marcos Leitão de Almeida** e Natalia Cordoniz Klussmann***

RESUMO

Esta transcrição adapta a palestra de abertura ministrada por Akinwumi Ogundiran durante o evento da Sociedade Brasileira de Arqueologia (SAB), explorando a riqueza do cosmopolitismo africano/iorubá por meio da arqueologia, ao mesmo tempo que destaca as ligações históricas e culturais profundas entre a África e o Brasil no âmbito do Atlântico Sul. Através de evidências arqueológicas, linguísticas e etnográficas, Ogundiran demonstra como as sociedades africanas, particularmente a iorubá, estabeleceram sistemas complexos de governança, práticas religiosas e inovações tecnológicas que influenciaram e foram influenciadas pelas dinâmicas transatlânticas. A palestra enfatiza a necessidade de estudos interdisciplinares de longa duração tanto no continente africano quanto na análise da formação de identidades diaspóricas afro-brasileiras resultantes dessas trocas culturais, sublinhando a contribuição significativa do cosmopolitismo africano na criação de identidades culturais nos dois lados do Atlântico. A palestra realça a importância de reconhecer as contribuições africanas para a história global e propõe um fortalecimento na colaboração entre arqueólogos brasileiros e africanos para investigar mais profundamente a arqueologia da África e suas conexões transatlânticas.

Palavras-chave: Arqueologia da África; métodos interdisciplinares; história atlântica; cosmopolitismo; diáspora africana.

* Professor do Departamento de História da Universidade Northwestern. E-mail: ogundiran@northwestern.edu. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7773-0461>.

** Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: marcosrrs21@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-3386-7841>.

*** Mestre em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); mestranda em Linguística no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Email: natklussmann@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-7906-4072>.

THE BONDS THAT UNITE US: AN ARCHAEOLOGICAL HISTORY OF THE AFRICAN/YORUBA COSMOPOLITANISM AND ITS IMPLICATIONS FOR THE COLLABORATION IN THE SOUTH ATLANTIC

ABSTRACT

This transcript adapts the keynote lecture given by Akinwumi Ogundiran at the event of the Brazilian Society of Archaeology (SAB), delving into the richness of African/Yoruba cosmopolitanism by using archaeology, while highlighting the deep historical and cultural connections between Africa and Brazil within the South Atlantic context. Using archaeological, linguistic, and ethnographic evidence, Ogundiran showcases how African societies, particularly the Yoruba, established complex systems of governance, religious practices, and technological innovations that influenced and were influenced by transatlantic dynamics. The lecture emphasizes the need for *longue-durée* interdisciplinary studies both on the African continent and on the analyses of the formation of Afro-Brazilian diasporic identities stemming from these cultural exchanges, pointing out the significant contribution of African cosmopolitanism to creating cultural identities on both sides of the Atlantic. The lecture underscores the importance of acknowledging African contributions to global history and calls for strengthening collaboration between Brazilian and African archaeologists to further explore the archaeology of Africa and its transatlantic connections.

Keywords: Archaeology of Africa; interdisciplinary methods; Atlantic history; cosmopolitanism; African diaspora.

LOS LAZOS QUE NOS UNEN: UNA HISTORIA ARQUEOLÓGICA DEL COSMOPOLITISMO AFRICANO/YORUBA Y SUS IMPLICACIONES PARA LA COLABORACIÓN EN EL ATLÁNTICO SUR

RESUMEN

Esta transcripción adapta la ponencia inaugural de Akinwumi Ogundiran durante el evento de la Sociedad Brasileña de Arqueología (SAB), en la cual explora la riqueza del cosmopolitismo africano/yoruba mediante la arqueología, al mismo tiempo que destaca los profundos vínculos históricos y culturales entre África y Brasil dentro del Atlántico Sur. A partir de pruebas arqueológicas, lingüísticas y etnográficas, Ogundiran demuestra cómo las sociedades africanas, en particular la yoruba, establecieron complejos sistemas de gobierno, prácticas religiosas e innovaciones tecnológicas que influyeron y fueron influidas por la dinámica transatlántica. La ponencia pone de relieve la necesidad de estudios interdisciplinarios a largo plazo en el continente africano y en el análisis de la formación de identidades diaspóricas afrobrasileñas resultantes de estos intercambios culturales, subrayando la significativa contribución del cosmopolitismo africano en la creación de identidades culturales a ambos lados del Atlántico. Además, subraya la importancia de reconocer las contribuciones africanas a la historia mundial y propone un fortalecimiento de la colaboración entre arqueólogos brasileños y africanos para estudiar más a fondo la arqueología de África y sus conexiones transatlánticas.

Palabras clave: Arqueología de África; métodos interdisciplinarios; historia atlántica; cosmopolitismo; diáspora africana.

Quero começar expressando minha profunda gratidão à presidenta da Sociedade Brasileira de Arqueologia (SAB), à prof. dra. Adriana Dias, aos comitês executivo e organizador do XXII Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia por me convidarem para proferir a palestra inaugural nesta conferência. Também agradeço ao meu amigo e colega, prof. dr. Marcos Leitão de Almeida, por orquestrar o convite. Desde ontem, quando cheguei, tenho desfrutado de uma calorosa recepção da Sociedade de Arqueologia Brasileira. É uma honra estar com vocês.

Ao longo dos anos, tive o privilégio de interagir e trabalhar com arqueólogos brasileiros que estudam a diáspora africana e as formações culturais indígenas. Eu me lembro de trabalhar com o prof. Pedro Funari no volume *Archaeology of Atlantic Africa and the African Diaspora* (2007) há muitos anos. O capítulo escrito pelo prof. Funari para esse volume oferece uma visão seminal da arqueologia da diáspora africana no Brasil. O ensaio é relevante ainda hoje.

Para mencionar outro exemplo, conheci o prof. Eduardo Neves na Amerind Foundation, em Dagoon, Estados Unidos, em 2014, e as ideias que trocamos na ocasião, sobre a arqueologia da complexidade social na África Ocidental Pré-Colonial e no Brasil, foram fantásticas. Portanto, quando recebi o convite para estar aqui hoje, essas e outras colaborações e relacionamentos passados me vieram à mente. E tudo isso serve como ponto de partida para minha conversa com vocês esta noite.

Quando a SAB me fez o convite, os organizadores me pediram para que eu focasse na importância da África no campo da arqueologia, enfatizando especificamente o papel crucial das perspectivas do sul global na reformulação do campo no século XXI. Eu juntei África e Iorubá no meu título porque a África é um continente vasto e diverso, com mais de 1,5 mil civilizações vivas, sem mencionar centenas que não sobreviveram até o presente. Portanto, decidi usar a civilização Iorubá, tema da minha própria pesquisa, para ilustrar algumas das questões que abordarei nesta apresentação. Além disso, essa é a civilização africana que, entre todas as demais, impactou de maneira mais duradoura a nação e o povo do Brasil. Mas esse não é um impacto unidirecional. O Brasil também teve uma imensa influência na África. Em um nível pessoal, cresci em uma casa com arquitetura brasileira e cercado de muitos Domingos, da Silvas e Afonsos. Como Iorubá por identidade étnica, compartilho sangue cultural com muitos de vocês nesta audiência. A história nos une intimamente desde que os primeiros exploradores portugueses desembarcaram na costa do Reino do Benin em 1472.

A África pode ser um peso-leve nos assuntos políticos e econômicos globais, mas é um peso-pesado quando o assunto é a história arqueológica de nossa espécie, *Homo sapiens sapiens*. Para entender o que a África pode oferecer ao futuro da arqueologia, devemos começar nos perguntando sobre como é a arqueologia na África hoje.

A África tem a história mais longa da humanidade, portanto não é de surpreender que ela tem sido um vasto laboratório com respostas para muitas perguntas sobre o que nos faz humanos. Também é uma pioneira, não uma retardatária, em relação a muitas das inovações culturais que aceitamos como evidência de complexidade social: a arte de governar, as cidades e a tecnologia. Além disso, os arqueólogos da África têm estado na vanguarda da discussão e implementação de agendas para descolonizar a arqueologia, tornando a prática da disciplina eticamente atenta a necessidades e prioridades das comunidades locais, e repensando, no processo, as teorias sociais e de médio alcance, que são fundamentais para nossas interpretações dos registros arqueológicos.

Todo tipo de evidência, da arqueologia à paleoantropologia, da biologia molecular à cronometria, demonstrou que a África é o berço das origens humanas desde a grande divergência dos gêneros *Hominini* e *Pan* (chimpanzé) no Leste da África, há cerca de 7 milhões de anos, até o aparecimento de nossa espécie, *Homo sapiens sapiens*, há 250 mil anos. Embora tenham ocorrido ondas anteriores de migrações de humanos modernos através do Oriente Médio, foi apenas há cerca de 60 mil anos que nossa espécie começou a ter uma presença forte fora da África. Imersos na criação de símbolos e no pensamento abstrato, os ancestrais africanos representaram sua experiência e interpretações de seu ambiente em imagens materiais: em paredes de cavernas e em esculturas tridimensionais.

O fim da Era do Gelo (ou talvez o último Interglacial), há cerca de 14 mil anos, marcou o início de um novo conjunto de marcos na história humana. O recuo das geleiras e o aquecimento global abriram novas terras para ocupação e deram início ao Período Úmido Africano. Precipitações aumentadas tornaram a maior parte da África mais verde, uma mudança em relação ao ambiente hiperárido e extremamente quente do Último Máximo Glacial. Lagos gigantes e rios poderosos surgiram no que hoje é o Deserto do Saara. As pinturas rupestres e os artefatos dos caçadores-coletores que exploraram esses recursos, bem como os fósseis e ossos das plantas e dos animais, são testemunhos da vitalidade do Saara entre 10000 e 5000 a.C.

Nesse período de abundância ecológica, nossos ancestrais começaram a inovar sua estratégia econômica de subsistência. Por volta de 9500 a.C. a cerâmica foi inventada em Ounjougou, na atual Mali, pelos falantes de proto-Níger-Congo (Huysecom *et al.*, 2009). Com base em evidências etnoarqueológicas e etnohistóricas, acreditamos que esses inventores eram mulheres que usavam suas panelas para cozinhar o sorgo e o milho selvagens que estavam colhendo da abundância da natureza (Haaland, 1995). Essas mulheres também foram as primeiras horticultoras da África e lideraram a domesticação desses cereais. Elas foram as primeiras agricultoras da África.

Análises de lipídios mostraram que essas mulheres cozinhavam os grãos coletados em panelas de barro misturados com alimentos animais aquáticos e terrestres, nozes e vegetais. Essa é a origem dos pratos saborosos, conhecidos como arroz jollof na África Ocidental, jambalaya no sul dos Estados Unidos e galinhada no Brasil. O efeito foi sem precedentes. Com suas inovações na cerâmica e na agricultura, essas mulheres do grupo linguístico Níger-Congo tornaram-se o motor da vida em aldeias estabelecidas. Não causa surpresa, portanto, que a economia e a autoridade centradas na mulher continuem a ser uma dimensão importante em todas as sociedades do Níger-Congo atualmente. Elas eram mais do que donas de casa. Essas mulheres foram a espinha dorsal da civilização do Níger-Congo, do Atlântico ao oceano Índico, do rio Níger ao Zambeze. Mesmo onde economias políticas globais e outras dinâmicas internas africanas (como o pastoralismo) impuseram na sociedade uma cultura política dominada por homens, por baixo da superfície existia a resiliência do poder e da autoridade femininos. Isso é bem ilustrado nos terreiros de Orixás entre os Iorubá, onde as mulheres têm tanto (se não mais) acesso à autoridade espiritual quanto os homens.

No entanto, o ótimo clima do início do Holoceno começou a declinar entre 7000 e 5000 a.C. A precipitação foi reduzida, mas o Saara ainda era habitável. Por volta dessa época os homens do povo proto-Nilo-Saariano domesticaram o gado. Como eram vizinhos do povo Níger-Congo, os dois grupos trocavam ideias. O grupo proto-Níger-Congo introduziu o cultivo de plantas e a cerâmica para as mulheres falantes do proto-Nilo-Saariano, enquanto os falantes deste último apresentaram os homens do Níger-Congo com o pastoreio. À medida que o Saara se tornava mais seco, por volta de 5000 a.C., alguns desses grupos proto-Nilo-Saarianos se mudaram para o vale do Nilo, onde introduziram o gado domesticado e as plantas africanas ocidentais, como o milho e o sorgo, para os falantes de línguas proto-Afro-Asiáticas da área. Nesse momento, o vale do Nilo teve um aumento na sua população devido à migração de pessoas que estavam deixando o Saara em razão das mudanças climáticas.

A convergência das culturas Nilo-Saarianas e Afro-Asiáticas, indígenas do vale do Nilo, levou ao surgimento da civilização egípcia por volta de 3100 a.C. Mais ao sul no Nilo, a cultura Nilo-Saariana criou o que genericamente chamamos de civilização núbica, uma civilização muito mais antiga do que o Egito Antigo (Ehret, 2023). Por volta da mesma época, os pescadores e coletores nas margens do lago Turkana, no Leste da África, adicionaram a criação de animais à sua economia, graças aos pastores Nilo-Saarianos que abriam caminho rumo ao coração dos Grandes Lagos. As sepulturas desses pescadores-coletores-pastores foram encontradas em grandes montes de plataforma circular, indicados por pilares de pedra. Esses eram cemitérios comunitários. Os indivíduos ali enterrados eram adornados com uma notável variedade de contas coloridas de pedra, incluindo amazonita

azul-esverdeada, zeólita rosa-claro, calcedônia em vermelho-escuro, fluorita roxa e talco verde. Essas contas coloridas eram usadas na cintura e em colares, pulseiras e brincos (Hildebrand, 2018).

Esses exemplos ilustram a profunda história da África, rica em colaboração e trocas ao longo de espaços geográficos, culturas e línguas. Além disso, os primeiros ancestrais africanos escolheram se usariam o acesso diferencial à riqueza para criar desigualdade social e construir estados ou nutrir o igualitarismo. Enquanto os Nilo-Saarianos do Nilo construíram algumas das cidades e estados mais antigos do mundo há 5 mil anos, seus parentes no lago Turkana usaram sua riqueza em gado para construir sociedades igualitárias.

À medida que a desertificação do Saara se acelerava após 5000 a.C., os falantes de proto-Níger-Congo se espalharam para o sul e o leste, ocupando todas as zonas ecológicas da África Ocidental, do Sahel até a costa do Atlântico, por volta de 3000 a.C. Nas savanas arborizadas e na floresta tropical, eles abandonaram o pastoreio, pois a criação de gado não era uma opção devido à tripanossomíase. Por volta de 2000 a.C., esses agricultores Níger-Congo encontraram os agropastores Nilo-Saarianos nas pastagens de Quênia, Uganda e Tanzânia. Ali, os agricultores migrantes Níger-Congo reaprenderam a domesticação do gado.

Agora sabemos que dois grandes fluxos migratórios dos falantes do grupo Níger-Congo seguiram para o sul para povoar as regiões da África abaixo do Equador. Esses dois ramos são os povos falantes de línguas Banto, cuja língua proto-Banto se desenvolveu na região fronteiriça que atualmente abrange o território entre Nigéria e Camarões. A migração não foi unidirecional ou linear. Houve muitas etapas e becos sem saída. No entanto, por volta de 100 d.C., as populações falantes de Banto se estabeleceram na região sul da África, às vezes deslocando as populações aborígenes Khoisan e Mbuti ou integrando-se e convivendo com elas (Mitchell, 2002).

Entre 1000 e 800 a.C., várias comunidades em toda a África estavam experimentando uma nova tecnologia — a produção de ferro — desde a borda do Saara-Sahel na África Ocidental até a Nigéria Central, na região dos Grandes Lagos no leste da África e na África Central. Inicialmente esses produtos eram usados como ornamentos, mas por volta de 800 a.C. eles elaboraram essas invenções independentes e começaram a fazer ferramentas de ferro. Diferentemente do norte da África e do Egito, o resto do continente não passou pela Idade do Bronze (Holl *et al.*, 2000). Em vez disso, a África pulou da Idade da Pedra para a Idade do Ferro. Eles conseguiram isso porque haviam dominado o controle do fogo para a produção de cerâmica por quase 10 mil anos. Suspeito que mulheres oleiras descobriram acidentalmente a produção de ferro ao manipular diferentes fontes de argila em diferentes níveis de temperatura. No entanto, os homens se apropriaram dessa tecnologia e ela logo estaria associada à autoridade masculina, enquanto a produção de cerâmica permanece, até hoje, como um importante domínio do poder e da autoridade feminina.

Dentre as notáveis civilizações pioneiras da Idade do Ferro na África está a cultura Nok, na Nigéria central. Embora a cultura tenha começado na Idade da Pedra Tardia, por volta de 1500 a.C., foi só perto de 800 a.C. que ela se tornou uma cultura plenamente produtora de ferro (Breunig, 2014). Entre 600 e 300 a.C., a tecnologia do ferro se espalhou pelo continente e alcançou a ponta sul (por volta de 100 d.C.). Os debates sobre as origens do ferro foram acirrados durante várias décadas. Até duas décadas atrás, a maioria dos arqueólogos da Europa e da América do Norte defendiam as origens estrangeiras da tecnologia do ferro na África. Hoje, graças ao trabalho do arqueólogo americano Peter Schmidt (1997) e do arqueólogo camaronês Augustin Holl (2009), entre outros, temos evidências abundantes que sugerem que os ancestrais africanos desenvolveram a tecnologia do ferro de maneira independente.

Um dos tópicos que têm animado os arqueólogos africanistas é a origem do urbanismo. Sabemos que as primeiras cidades e vilas não se limitavam ao vale do Nilo. As mesmas restrições ecológicas — ou seja, a desertificação do Saara — que facilitaram a agregação populacional ao longo do Nilo e levaram ao surgimento de cidades no Egito e na Núbia por volta de 4000 a.C. também criaram oportunidades para assentamentos de aldeias densas na depressão de Hodh, atual

Mauritânia, por volta de 2000 a.C. Perto de 1600 a.C., várias dessas cidades, como Dakhlet el Atrous, na região de Dhar Tichitt, tornaram-se pré-estatais, construídas por agro-pastores, comerciantes e artesãos. A arquitetura característica dessas primeiras cidades do Sudão Ocidental é de “conjuntos de alvenaria de pedra seca interligados que cercam pátios abertos, unidades residenciais e áreas de armazenamento” (Monroe, 2018, p. 395). No seu auge, Dakhlet el Atrous cresceu até a marca de 95 hectares e tinha mais de 540 compostos murados de pedra, cada um ocupado por famílias multigeracionais e poligínicas.

A arqueologia e a historiografia coloniais negaram as origens locais do urbanismo africano, preferindo, em vez disso, atribuir o conhecimento de cidades e vilas às imaginárias Tribos Perdidas de Cam, do Oriente Médio, aos gregos perdidos da mítica Atlântida ou aos históricos comerciantes muçulmanos vindos do oceano Índico e do Mediterrâneo. As antigas cidades de Jenne-Jeno, Ilé-Ifè, Grande Zimbábwe e os Estados-cidades suahilis, entre outras, inicialmente sofreram esse destino de distorção colonial e reivindicações absurdas. Por exemplo, o antiquário e etnógrafo alemão Leo Frobenius (1913) afirmou que os gregos da ilha fictícia de Atlântida fundaram a cidade de Ilé-Ifè e sua civilização Iorubá. Outro explorador e geógrafo alemão, Karl Mauch, atribuiu as ruínas do Grande Zimbábwe ao bíblico rei Salomão e à fabulosa rainha de Sabá. Árabes e persas foram creditados pelo desenvolvimento das cidades Suaflis no Leste da África. A necessidade de justificar o colonialismo europeu na África levou à fabricação dessas histórias entre as décadas de 1870 e 1950 (Chirikure, 2020).

Essas histórias fantásticas já não são mais aceitas graças à pesquisa arqueológica e histórica dos últimos sessenta anos. Agora, rastreamos as origens desses centros urbanos até a efervescência cultural que começou por volta de 300 a.C. na África. Esse florescimento cultural amadureceu em toda a África ao sul do Saara no primeiro milênio depois de Cristo, levando ao surgimento do Império de Gana, construído pelos Soninke durante o quinto século depois de Cristo. No entanto, a idade de ouro da civilização Africana antiga aconteceu mesmo entre os séculos IX e XIV. Do lago Chade ao rio Zambeze, do Atlântico ao oceano Índico, cidades, reinos, impérios e várias outras configurações políticas se desenvolveram. Emissários políticos, comerciantes itinerantes, artesãos e artistas ligavam os diversos povos do continente, do Cairo ao Congo e de Marrocos a Moçambique. Igbo Ukwu, Ilé-Ifè, Grande Zimbábwe, Império Mali, Império Kanuri, Congo e as cidades de pedra suaflis são alguns dos nomes icônicos de lugares e estados que definiram essa Era do Florescimento, quando a África era parte integrante dos sistemas do velho mundo. Naquela época a África não estava na periferia da economia global. Suas políticas e povos constituíam alguns dos núcleos dos sistemas mundiais sobrepostos que compunham a globalização pré-moderna. Com certeza o trabalho africano, via escravização, movia-se pelo Saara até o Mediterrâneo e pelo oceano Índico até o sul da Índia e da Pérsia. Mas o ouro africano também lubrificava o motor econômico do Mediterrâneo e da Rota da Seda. Seu ferro e seu aço alcançavam a Índia e a Pérsia. Marfim de elefante e rinoceronte, noz de cola e outros produtos primários também eram altamente demandados fora do continente, e, por sua vez, eram trocados por cobre, latão, contas de vidro e tecidos.

HISTÓRIA DA ÁFRICA: UMA NOVA DIREÇÃO

As realizações desses antigos sítios urbanos como centros de tecnologia, aprendizado, comércio e monumentalidade são fontes justificadas de orgulho na África pós-colonial de hoje. Por essa razão, os últimos 2,5 mil anos têm sido o foco da maioria dos interesses arqueológicos e históricos no continente. Trabalhando nesse período, arqueólogos e historiadores africanistas desmantelaram a epistemologia hegeliana que representa a Ásia como o início da história e a Europa como seu destino final, ou que afirma que o movimento da história contornou a África antes da colonização europeia no século XIX. Esses estudiosos introduziram diversas metodologias para estudar o passado africano, preenchendo, assim, as lacunas entre arqueologia e história. Linguística histórica, arqueologia, tradições orais, folclore, paisagem e gêneros de performance, como música,

dança, rituais, além de fontes documentais e ciências biológicas e físicas, têm sido criativamente explorados para enriquecer os estudos sobre o passado africano. Essa metodologia eclética, aliada a abordagens interdisciplinares, contribuiu significativamente para a descolonização da história da África, ajudando-nos a repensar e revisar os quadros teóricos que anteriormente distorciam a ontologia e a epistemologia da experiência africana.

É importante destacar que os linguistas históricos têm estado na vanguarda dessa interdisciplinaridade. Usando mudanças fonológicas (sonoras) e semânticas para escrever a história, os linguistas-historiadores africanistas estão sempre em diálogo com arqueólogos, etnógrafos e cientistas de materiais em sua busca para compreender a história profunda da África (Ehret, 2012). Nós, que temos formação em arqueologia, também derrubamos fronteiras disciplinares por meio da colaboração com historiadores linguísticos e iniciamos pesquisas etnográficas baseadas em performances e histórias orais. A combinação de palavras, coisas e performances na pesquisa histórica traz insights que uma disciplina sozinha não pode reconhecer. Como resultado, historiadores linguísticos nos deram algumas das obras seminais sobre a longa história de gênero, maternidade, identidade, formações sociais, interações regionais, comércio, trabalho, subsistência e agricultura, tecnologia e riqueza e pobreza dos últimos três mil anos. Por exemplo, Marcos Leitão de Almeida (2020), pioneiro desse modelo africanista de história linguística no Brasil, completou uma dissertação na Northwestern University intitulada *Speaking of Slavery: Slaving Strategies and Moral Imaginations in the Lower Congo (Early Times to the Late 19th Century)*. Esse estudo é um ponto de virada na historiografia africanista sobre trabalho forçado, individualidade e economias morais. É também uma combinação de história econômica, social e intelectual que mostra como as práticas de escravidão foram reconfiguradas ao longo dos últimos 3 mil anos no Baixo Congo.

A metodologia eclética dos africanistas enfraqueceu, se ainda não destruiu, as divisões entre “Pré-história” e “História” ou entre “Arqueologia” e “História”. Lamentavelmente, essa divisão continua a fragmentar o estudo da arqueologia e da história em minúsculas peças em muitas partes do mundo. Na medida em que essas divisões existem dentro de nossas disciplinas, as comunidades indígenas continuarão a ser alienadas do Estado-nação pós-colonial, e essa divisão só pode perpetuar o deslocamento mental, espiritual e físico dos membros de grupos minoritários. A divisão Pré-história/História tem sido uma ferramenta particularmente eficaz para perpetuar as injustiças contra os membros indígenas e minoritários de várias nações e sociedades. Por exemplo, nosso compromisso com a descolonização da arqueologia no Brasil significa que as sociedades amazônicas pré-contato e pré-coloniais não devem ser encontradas apenas em revistas de arqueologia. Devemos empregar nossa metodologia eclética de longa duração para trazer essas culturas originárias para nossas revistas de história.

Além disso, nossa atenção às teorias africanas de conhecimento, modos de ser e criação de valores nos permitiu descobrir e apreciar o cosmopolitismo africano. Aqui percebemos que o cosmopolitismo não se trata de como os africanos consumiram ideias estrangeiras ou encontraram não africanos, mas de como os africanos cultivaram, gerenciaram e celebraram diferenças. Infelizmente, o cosmopolitismo costuma ser invocado nos Estudos Africanos como um produto dos encontros africanos com ideias e povos fora da África, geralmente por meio do comércio e redes políticas. Assim, a Costa Leste africana, os terminais comerciais ao longo da borda sul do Sahel na África Ocidental e o Mediterrâneo Africano entre 900 e 1400 d.C., e a Costa Atlântica após 1500 são frequentemente usados como exemplos de cosmopolitismo. Esse enquadramento sugere que o cosmopolitismo africano é reativo e tem origem estrangeira, não proativo e produzido internamente. Esse pensamento cria muitos obstáculos para estudar a história da África e a da diáspora africana. Os cosmopolitismos do Congo, Iorubá, Acã e Ibo não foram criados pelo Islã, Cristianismo ou comércio com outros sistemas mundiais. Ao contrário, suas origens são internas. Isso explica sua resiliência e adaptabilidade diante de vários ciclos de estresse ao longo dos últimos

2 mil anos. Parte da minha pesquisa tem se concentrado em explicar a natureza e a dinâmica desse cosmopolitismo na história Iorubá.

É bem conhecido que o desejo de acessar os recursos dos sistemas mundiais pré-modernos na África e na Ásia estimulou a exploração portuguesa dos litorais africanos em busca de ouro e especiarias. Esses exploradores, no entanto, encontraram mais do que essas mercadorias. Na baía do Benin, eles se depararam com contas de vidro dicroicas, que os comerciantes portugueses confundiram com contas de pedra de coral. Em toda a África Ocidental, essas contas eram altamente valorizadas para armazenar riqueza e eram usadas para fins de cura, espirituais e estéticos. Dada a alta demanda por essas contas, os comerciantes portugueses as trocavam por marfim, ferro, tecido, ouro, cativos e pimenta na África Ocidental e Central durante o século XV. De acordo com o relato do holandês do século XVII, Wilhelm Bosman, essas contas de vidro eram tão valorizadas que costumavam ser pesadas tendo o ouro como contrapeso. Nos últimos quinze anos estabelecemos de forma convincente que essas elas foram produzidas em Ilé-Ifè, uma cidade que cresceu a passos largos entre os séculos X e XII, tornando-se a capital do mais antigo império ao sul do rio Níger no século XIII, antes de declinar em poder e influência no final do século XIV (Ogundiran, 2020).

Se os comerciantes portugueses no Benin tivessem prestado atenção às fontes escritas mais antigas no Mediterrâneo, teriam encontrado o Atlas Catalão. Esse mapa comercial espanhol de 1375 referia-se ao rei de Ilé-Ifè como rey de Organe (rei de Oghene/Ooni). Oghene ou Ooni é o título do rei de Ilé-Ifè. Além disso, quando Ibn Battuta, o viajante berbere-marroquino, visitou o Império Mali em 1352-1353, ele foi informado de que Ilé-Ifè era um dos maiores reinos da África, e seu rei (o Ọ̀ni), um dos maiores reis na Terra das Pessoas Negras (“Sudão”). Essas duas referências são da época em que Ilé-Ifè estava no auge de sua glória e era reconhecida como a maior metrópole urbana e a capital do maior estado da África, do rio Níger, na África Ocidental, ao rio Zambeze, no sul do continente.

Mas não era tarde demais. Portugal logo aprendeu sobre essa antiga cidade por meio de seus exploradores. Duarte Pereira Pacheco, um explorador e soldado português, foi informado na corte do rei do Benin, em 1475, de que o rei de Ilé-Ifè era o poderoso senhor da região e que o povo do Benin considerava a cidade como o local do nascer do sol. Duarte de Pacheco Pereira comparou o status do Ọ̀ni entre os negros ao do Papa entre os europeus (Pereira, 1905, p. 126). Deve-se notar que já se passara cerca de meio século desde o colapso do império quando esta referência a Ilé-Ifè foi feita, o que demonstra que a cidade continuou a desfrutar de deferência e respeito na região, apesar de seu declínio político.

O povo Iorubá acredita que Ilé-Ifè é a origem de sua civilização. Eles também afirmam em suas tradições orais que foi na cidade que a terra e seu povo, animais e plantas foram criados. O nome Ilé-Ifè significa “Casa da Abundância” e “Casa da Expansão”. A antiga cidade também tem vários apelidos, como “Cidade do Alvorecer”, “Cidade do Nascer do Sol” e “A Fonte”. Como já vimos, esses nomes e apelidos ilustram a crença Iorubá de que Ilé-Ifè é o marco zero da humanidade — o lugar onde a terra e a humanidade foram criadas. Um século de pesquisa histórica e arqueológica confirmou que as realizações de Ilé-Ifè em artes, ciência, tecnologia, comércio, arte de governar, religião e filosofia são as razões para seus nomes e apelidos espetaculares.

Com base em pesquisas arqueológicas que vários estudiosos e eu realizamos em Ilé-Ifè e em outras partes da região Iorubá, agora sabemos que ela é a cidade mais antiga que foi continuamente ocupada na África Ocidental e um dos motores econômicos mais poderosos da África durante seu auge, entre setecentos e mil anos atrás (Ogundiran, 2020). A cidade era famosa pela produção de vidro, ferro e aço, e seus produtos eram vendidos até nos impérios de Gana e Mali durante o período que vai do século XI ao XIV. Os cientistas de materiais de Ilé-Ifè inventaram uma receita e uma tecnologia de fabricação de vidro únicas e os líderes políticos e os comerciantes da cidade usaram essa tecnologia para criar um sistema de moeda de contas de vidro que integrava a economia de muitas partes da África Ocidental, de Igbo-Ukwu, onde hoje fica a Nigéria, a Walata, na Mauritânia.

Definido pela receita que combina alto teor de cal e altas quantidades de alumina, os cientistas materiais de Ilé-Ifè usaram pegmatito como sua receita principal e conchas de caracol como fonte de cálcio para baixar o ponto de fusão e endurecer o vidro ao esfriar. Eles obtiveram as cores para as contas de diferentes materiais. Com o cobalto, eles fizeram contas azuis e a adição de cobre e ferro à receita produziu contas vermelhas e amarelas, respectivamente. Ilé-Ifè promoveu suas contas de vidro como o símbolo sagrado para validar a ideologia do reino divino, ideologia essa que estava em seus anos de formação no final do século X. Esse conhecimento tecnológico libertou o mundo Iorubá da dependência de fontes externas para legitimar seu sistema político de reino divino. A ampla adoção das contas de vidro de Ilé-Ifè para legitimar autoridades políticas e espirituais transformou-a no garantidor da ordem social da região ocidental do baixo Níger entre os séculos XI e XIV. Por meio de sua indústria de vidro, Ilé-Ifè foi pioneira na história da África ao promover o princípio da independência tecnológica. Por volta de 1200 d.C. os empreendedores políticos da cidade haviam convertido suas vastas redes de colônias, estações comerciais e estados clientes no primeiro império no mundo Iorubá. É também o primeiro império em todas as partes da África que ficam ao sul do rio Níger, de Lokoja (Nigéria) a Cidade do Cabo (África do Sul).

A antiga Ilé-Ifè era mais do que um empório. Era também um centro de aprendizado em diferentes ramos da ciência e das artes, incluindo filosofia, química de materiais, adivinhação Ifá e astronomia. Como centro de aprendizado, pesquisa, conhecimento, peregrinação, alta arte e riqueza, Ilé-Ifè era um polo turístico, atraindo visitantes, estudantes, artistas e aqueles que buscavam fortuna em toda a África Ocidental. Ilé-Ifè também era famosa por seus escultores, que trabalhavam com madeira, pedra, terracota e ligas de cobre, sobretudo bronze. Muitos desses escultores eram empregados na confecção de esculturas mortuárias para homenagear os ancestrais. As esculturas eram colocadas em altares familiares para veneração. Ao lado da agricultura e das indústrias de vidro e ferro, o ritual mortuário provavelmente foi o terceiro maior setor da economia de Ilé-Ifè durante os séculos XII a XIV.

O colapso do Império de Ifè foi resultado de muitos fatores, mas um catalisador importante foi a Pequena Idade do Gelo, que começou no final do século XIV e durou até meados do século XIX. O clima de resfriamento do hemisfério norte, assim nomeado após a Pequena Idade do Gelo, traduziu-se em padrões climáticos instáveis e ciclos de secas de vários anos em diferentes microambientes na África Ocidental, Oriental, Central e do Sul. Os efeitos foram fome e doença, que agravaram conflitos políticos e o declínio econômico. Esses eventos desmantelaram o Império de Ifè, assim como fizeram com os impérios Mali e Kanem. Esses três estados contemporâneos da África Ocidental entraram em colapso nas duas primeiras décadas do século XV. Embora o império não existisse mais, a cidade de Ilé-Ifè sobreviveu à crise ecológica e às suas consequências sociais.

A chegada dos exploradores portugueses à baía do Benin em 1472, as chegadas de Colombo às Américas entre 1492 e 1504 e a subsequente colonização das Américas pela Europa estavam conectadas aos efeitos da Pequena Idade do Gelo, à medida que diferentes políticas em todo o mundo começaram a explorar recursos alternativos para a reprodução social e autopreservação. Os comerciantes portugueses, logo seguidos pelos comerciantes holandeses, dinamarqueses e ingleses, expandiram as atividades comerciais na costa da África Ocidental e no continente adjacente. Entre 1550 e 1640, tecidos de algodão eram a manufatura dominante, deixando as costas do mundo Iorubá para outras partes dos litorais africanos e América do Sul, via rio Benin e Lagoa de Lagos. Os comerciantes portugueses e holandeses enviaram esses tecidos para diferentes partes da bacia do Atlântico, de Luanda (na África Centro-Ocidental) a Olinda (no Brasil), e de Curaçao (no Caribe) à Nova Holanda (Nova York), onde eram vendidos com bom lucro. Por volta de 1650, no entanto, cargas humanas substituíram as exportações africanas para o Brasil devido à crescente colonização europeia das Américas e à necessidade de mão de obra nas plantações de açúcar e nas atividades de mineração.

O período entre 1500 e 1865 foi vastamente analisado por intensas investigações arqueológicas, nas quais vários de nós exploramos questões relacionadas aos impactos da

escravidão atlântica nas transformações culturais, políticas e econômicas da África (Monroe; Ogundiran, 2012; Ogundiran; Falola, 2007). Também voltamos nossa atenção para explicar as contribuições da África na construção da modernidade precoce como um projeto cultural. Em vez de ver a região como receptora da modernidade, compreendemos o continente e seu povo como cocriadores do mundo moderno por meio de conversas e interações com a Europa, América do Sul, Caribe e América Latina a partir do século XV. Como resultado, percebemos que as culturas africanas que se tornaram dominantes nas Américas do Sul e Central durante os séculos XVIII e XIX foram produtos da modernidade atlântica na África, respondendo às interferências e às novas experiências criadas pelo nexo de produção-consumo da economia atlântica. Por exemplo, as divindades Iorubá, que desde então se tornaram tão profundamente enraizadas na cultura brasileira, são produtos das inovações culturais e religiosas que varreram o mundo Iorubá do século XV ao XVIII. Essa é a base da resiliência duradoura dessa cultura nas Américas, do Brasil a Cuba, de Trinidad e Tobago ao Haiti e de Louisiana a Nova York.

Nossos trabalhos arqueológico-históricos na Nigéria, no Bosque de Oxum, onde se localiza o templo mais sagrado de Oxum; na cidade de Koso, centrada em Xangô, em Oió-Ilé e no campo ritual centrado em Yemoja [Iemanjá], que dominava o eixo de Ketu, revelaram os trabalhos culturais e intelectuais que tornaram essas divindades modernas antes de se irradiarem pelo oceano. Chamei a atenção para o fato de que a mitologia, a materialidade, o ritualismo e a performatividade dessas divindades Iorubá são discursos que explicam a experiência Iorubá da modernidade. O diálogo crítico mítico-histórico do panteão de Orixás Iorubá mostra claramente como poder e dominação (por exemplo, via império), resistência, escravidão, consumo desenfreado, capitalismo e expropriação estavam sendo debatidos entre diferentes correntes intelectuais de distintos Orixás na África e que esses debates foram levados para as Américas. Por exemplo, essas questões eram intensamente debatidas entre Ogum (implicado no comércio de escravos como uma divindade guerreira) e Obatalá (o patrono ascético do panteão de Orixás); e entre Xangô (o construtor do império associado a Oió) e Oxum (a paladina anti-império e mulherista das províncias do reino).

Esses debates culminaram, em 1817, na revolta da classe baixa em Oió-Ilé, quando uma grande parte da população escravizada e da classe baixa na capital, em suas cidades satélites e plantações se revoltaram e lutaram para sair da cidade e se juntar a uma crescente resistência anti-metropolitana que já havia estabelecido sua base em Ilorin, a cerca de 60 km ao sul da capital. Minha equipe de pesquisa está estudando a economia doméstica e a organização social no nível das famílias para entender como as desigualdades de gênero, classe, status e ocupação mediarão essa revolta. Nossas descobertas mostram que a população não livre vivia em casas comunais semelhantes a quartéis. A pobreza material dessas residências é evidente. Além disso, os arranjos espaciais dos artefatos encontrados nelas não têm organização coerente em contraste com os das famílias autônomas que ocupavam residências com arquitetura de estilo *impluvium*. O conjunto cerâmico indica que o serviço de alimentação não era central para a reprodução social, pois os residentes dessas casas comunais recebiam rações de comida cozida, provavelmente servidas em recipientes perecíveis. São esses tipos de lugares onde o descontentamento que varreu o mundo atlântico durante a Era da Revolução teria fornecido terreno fértil para que as pessoas sabotassem e se rebelassem contra o império. Com essa pesquisa, estamos adicionando uma nova visão de conhecimento às contribuições da África Ocidental para a arqueologia e historiografia da Era da Revolução.

Alguns dos homens e das mulheres que buscaram se libertar em 1817 no Império de Oió, seja na metrópole ou nas províncias, acabaram escravizados. Membros das classes média e alta, contra os quais a revolta ocorreu, também foram vítimas do tráfico de escravos. Essa é a ironia da vida na África dos séculos XVIII e XIX: você pode ser um senhor pela manhã e uma pessoa escravizada à noite e vice-versa. A luta na África era entre Xangô e Oxum, Obatalá e Xangô e Ogum e Yemoja. No entanto, em Havana, Recife, Matanzas, Salvador e outras cidades no Atlântico Sul, esses antagonistas africanos se tornaram colaboradores da diáspora africana e combinaram

esforços para se juntar às lutas anti-imperialistas e antiescravidão na América Colonial. Não é de se admirar que o povo falante de Iorubá e a epistemologia Orixá tenham sido implicados em várias revoltas de escravos dos séculos XVIII e XIX — a revolta de escravos de 1791 em São Domingos, a Rebelião de Aponte em 1812 em Cuba, a Revolta dos Malês em 1835 em Salvador (Brasil) e a revolta de 1843 em Matanzas (Cuba). Por essas convulsões, os Iorubá ganharam os apelidos de “encrenqueiros” e “patifes” e foram alvo de críticas e condenações por aqueles que queriam prolongar a escravidão (Barcia, 2016).

Não preciso lembrar de que o imperialismo, o deslocamento e a expropriação, exploração e marginalização de povos e culturas indígenas moldaram o início da arqueologia, especialmente no sul global. Arqueólogos africanistas têm estado na vanguarda ao chamar a atenção para práticas coloniais que ainda atormentam a arqueologia do sul global buscando maneiras de corrigir as injustiças do passado e sua continuidade no presente. Muitas revisões têm ocorrido dentro da arqueologia da África, em conferências/oficinas e em publicações, para descolonizar o campo e tornar a arqueologia uma ciência melhor. A revista *African Archaeological Review*, da qual fui editor-chefe nos últimos cinco anos, tem estado na vanguarda da busca por maneiras de tornar o conhecimento arqueológico relevante para o público geral na África. Nos últimos cinco anos, apresentamos os Fóruns de Passado Utilizável [Usable Past Forums], nos quais adaptamos os resultados de pesquisas acadêmicas para políticas sociais e recomendações de resolução de problemas. Dois desses fóruns se concentraram em segurança alimentar na África e respostas à pandemia da covid-19 — as respostas passadas da África a surtos epidêmicos.

Além disso, a revista promoveu a união de educadores e arqueólogos para desenvolver estratégias de infusão do conhecimento arqueológico no currículo dos ensinos primário e secundário (K-12). Uma edição especial sobre esse assunto foi publicada na revista em setembro e é voltada principalmente para professores do ensino escolar e outros educadores. Na minha introdução para a edição, lembrei aos leitores que arqueólogos africanistas no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 usaram descobertas arqueológicas na educação pública e fizeram esforços para integrar a arqueologia nos currículos escolares. David W. Phillipson (2023) fez isso na Zâmbia entre 1964 e 1973, quando atuou como Secretário/Inspetor de Monumentos do país. Na Nigéria, Thurstan Shaw (1969) e seus colaboradores publicaram palestras sobre Pré-história e Arqueologia da Nigéria para difundir a área para o público letrado em inglês e para professores. Essas palestras também foram transmitidas no rádio nacional para trazer os avanços arqueológicos e suas implicações à atenção do público geral. O foco recente na arqueologia comunitária em toda a África revitalizou esforços para levar a arqueologia ao público e às áreas de aprendizagem escolar, usando tanto novas quanto antigas mídias, assim como métodos pedagógicos tradicionais e criativos. No meu próprio trabalho, estabeleci como prioridade compartilhar minha pesquisa com as comunidades locais por meio de exposições de pôsteres e artefatos. Outros pesquisadores usaram a música para comunicar o valor e o potencial do patrimônio arqueológico ao público. Por exemplo, Elgidius Ichumbaki e Claudia Lubao ilustraram como a música Bongo Flava, da Tanzânia — uma mistura de hip hop americano, reggae, R&B e afrobeats —, está sendo usada para conscientizar as pessoas sobre o valor do Sítio do Patrimônio Mundial de Kilwa Kisiwani no país. Isso efetivamente motivou os jovens a se interessarem pela preservação de monumentos e a participarem de iniciativas de conservação (Ichumbaki; Lubao, 2020). Há outra direção na arqueologia comunitária africana, como o trabalho que Rachel Engmann e Dorothy Engmann estão fazendo no Castelo de Christianborg, em Gana, que prioriza a colaboração com comunidades descendentes diretas no planejamento de projetos arqueológicos. Usando essa abordagem, os arqueólogos estão interessados em fazer perguntas relevantes para as comunidades descendentes e em desenvolver estratégias para “o estudo, uso e gestão do passado” (Engmann; Engmann, 2023).

Ainda que essas iniciativas de arqueologia comunitária domésticas existam, devo admitir que as conversas sobre arqueologia engajada na comunidade continuam sendo moldadas em

termos das relações entre o norte e o sul global. Infelizmente esse enquadramento só ajudou a preservar as dinâmicas de poder que privilegiam as prioridades europeias e norte-americanas na arqueologia do sul global. Chegou a hora de quebrar esse molde de engajamento arqueológico na África. Não podemos descolonizar a arqueologia da África até que a prática, os princípios e a logística da arqueologia no sul global reflitam as aspirações desse vasto bloco geopolítico por autonomia, desenvolvimento humano sustentável e uma ordem global mais justa e igualitária. A arqueologia sempre foi parte integrante da diplomacia do norte global e de sua hegemonia. Portanto, temos institutos norte-americanos, franceses, alemães e britânicos de arqueologia por todo o sul global. Uma vez que o controle da narrativa do passado é crítico para moldar as narrativas sobre o presente e o futuro, a arqueologia deve ser parte integrante da colaboração do sul global por um futuro melhor. Por favor, não me entendam mal. Não estou dizendo que o sul global deva politizar a arqueologia. Pelo contrário, estou argumentando que a assertividade do sul global na busca por uma alternativa à atual ordem global não deve abandonar a arqueologia. Hoje, o BRICS, a organização intergovernamental composta por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, é o grande exemplo de assertividade, dado que seu Produto Interno Bruto (PIB) em paridade de poder de compra já “supera o do clube G7 do norte global” e representa 42% da população global.

Com Argentina, Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos programados para se juntar à organização em 1º de janeiro de 2024, o BRICS nos oferece um modelo para pensar as colaborações do Atlântico Sul de novas maneiras. Já mencionei as raízes históricas das ligações do Atlântico Sul entre Brasil e África, que remontam ao início da era moderna, quando as travessias atlânticas transportavam pessoas escravizadas, drogas e álcool entre África e América do Sul e eram dominadas pelos impérios europeus. No entanto, de 1860 a 1920, as atividades comerciais iniciadas por afro-brasileiros, as relações familiares e as conexões baseadas no culto aos Orixás dominaram essas travessias, sobretudo entre a Nigéria e o Brasil. Desde a década de 1960, as parcerias diplomáticas entre África e Brasil cresceram, abrangendo preocupações econômicas, culturais e de segurança bilaterais. A política doméstica brasileira entre 2002 e 2010 prestou atenção à África. As relações do Atlântico Sul foram ampliadas para expandir o comércio, criar oportunidades para turismo cultural e colaborar em questões ambientais e referentes à mudança climática. A declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante a abertura da 78ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, “O Brasil está de volta”, é promissora para reavaliar, voltar a priorizar e fortalecer a colaboração do Atlântico Sul. Arqueólogos e profissionais do patrimônio devem aproveitar essa onda de boa vontade política para explorar novas possibilidades de relevância arqueológica. O Congresso Pan-Africano de Arqueologia [PanAfrican Archaeological Association], a Sociedade de Arqueólogos Africanistas [Society of Africanist Archaeologists] e a Sociedade de Arqueologia Brasileira devem abrir diálogos para que haja colaboração e benefícios mútuos.

Há muitas razões pelas quais não podemos deixar a conversa sobre o Atlântico Sul apenas para os atores políticos. Como todos sabemos, lentamente nos últimos vinte anos percebemos que nossa modernização dependente de carvão e que nossos modos de vida devoradores de energia são insustentáveis. À medida que nossas teorias de conhecimento, enraizadas na sabedoria do norte global, estão sendo esgotadas, somos chamados a refrescar nosso pensamento e a criar soluções para os problemas contemporâneos de insegurança, mudanças climáticas, conflitos, privações e escassez em meio à abundância. Essa busca nos tornou atentos ao passado e aos sistemas de conhecimento do sul global. Como resultado, percebemos as potencialidades do conhecimento dos povos originários na busca de soluções para nossos problemas atuais e futuros. No entanto, esse conhecimento quase foi dizimado pelo colonialismo e pelo estado pós-colonial, e o pouco que resta está ameaçado pelas mudanças climáticas, pela insegurança, e por conflitos e industrializações imprudentes. Devemos dar crédito aos governos e agências filantrópicas do norte global pelo financiamento que forneceram nas últimas décadas para a documentação digital e preservação de recursos culturais, arqueológicos e naturais no sul global. Hoje, a Arcadia é uma das proeminentes organizações filantrópicas

comprometidas com a documentação mundial de sítios de patrimônio cultural em perigo para garantir que estejam disponíveis para as gerações futuras. Atualmente está financiando a documentação de cinco anos de Sítios e Monumentos Arqueológicos em Perigo na África, em oito países subsaarianos (Senegal, Mali, Sudão, Etiópia, Quênia, Tanzânia, Zimbábue e Botsuana), usando um banco de dados relacional e geoespacial que estará aberto ao público quando concluído. Há também o Fundo de Patrimônio Cultural do British Council e agências de financiamento internacionais como o Fundo do Patrimônio Mundial. A organização intergovernamental Fundo do Patrimônio Mundial Africano nasceu em 2006 dessas iniciativas internacionais. Apoiada pelos Estados Membros Africanos da Organização Nacional das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pela União Africana, sua missão é promover a conservação efetiva e a proteção do patrimônio natural e cultural de valor universal excepcional na África.

Como acadêmicos, devemos continuar a advogar e lembrar os países do sul global que eles devem a seus povos a responsabilidade de investir na preservação de seu conhecimento e patrimônio indígenas, pois aqui reside o roteiro para o futuro. Uma nação que é muito pobre para liderar e financiar a preservação de seu patrimônio é uma nação que está condenada a ser pobre para sempre. Países assim perdem a credibilidade para existir. O apoio internacional pode complementar, mas não deve ser a força motriz para a preservação de sítios arqueológicos em qualquer país. Se estamos realmente comprometidos em descolonizar a nação pós-colonial, a documentação e preservação de sítios de patrimônio não devem ser terceirizadas: devem ser internalizadas. Aqui, temos oportunidades para os países do sul global se unirem para compartilhar conhecimento, expertise e recursos para a preservação e gestão do patrimônio. Deixe-me chamar a atenção para o fato de que já existem estruturas em vigor para essa colaboração. Por exemplo, entre 2000 e 2013 foram feitos pelo menos oito acordos bilaterais pelos governos do Brasil e da Nigéria, incluindo o Acordo de Cooperação Cultural e Educacional (2000), o Acordo sobre Comércio e Investimento (2005), e o Acordo sobre Cooperação Técnica (2005).

Todos conhecemos os impactos revolucionários do Light Detection and Ranging (LiDAR) na arqueologia nos últimos vinte anos. Da Amazônia às savanas da África do Sul, do noroeste do Camboja (Angkor) ao norte da Guatemala, vastas paisagens antropogênicas ocultas estão sendo reveladas. Cidades perdidas foram descobertas. Estamos aprendendo com essas imagens a laser sobre interações humano-ambiente, a vulnerabilidade e resiliência de várias civilizações às mudanças ecológicas e as estratégias de sustentabilidade que as sociedades indígenas implementaram antes do advento do capitalismo imperial da era moderna e da Revolução Industrial que se seguiu. Fora do norte da África e do sul da África, a aplicação do LiDAR é praticamente inexistente no resto do continente. Uma das afirmações frequentemente repetidas nos Estudos Africanos é que a densidade populacional era baixa e a terra era abundante na maior parte da história da África — isto é, até a era moderna. Portanto, a ideia de propriedade de terra não se desenvolveu na África. Em vez disso, era a propriedade de pessoas que era importante. Por mais que esse cenário tenha sido repetido e servido como base para teorizar a economia política da África e ideias de propriedade antes de 1900, ele é inconsistente com as evidências disponíveis. Registramos paisagens urbanas densas desde a Borda do Sahel, na África Ocidental, até a Floresta Equatorial da África Central, dos Grandes Lagos às costas litorâneas da África Oriental. Suspeito que mais imagens de LiDAR da África nos ajudarão a aposentar essa visão a-histórica da baixa densidade populacional da África.

Vamos tomar a área metropolitana do Império de Oió como exemplo. Esse império Iorubá e sua metrópole duraram de cerca de 1570 a 1840. No seu auge, o império era a maior formação política na África Ocidental, abrangendo várias zonas ecológicas do sul do rio Níger até a Costa Atlântica. Sua capital, Oió-Ilé, era uma das maiores paisagens urbanas da África no início do século XIX. A cidade principal tinha cerca de 8x10 km, cercada por várias cidades satélites a apenas 1-4 km uma da outra. Em sua viagem pelo Império de Oió em 1826, o explorador britânico Hugh Clapperton notou com espanto a densidade urbana da área metropolitana:

Quanto mais penetrávamos no país, mais densa encontrávamos a população [...], e a civilização se tornava a cada passo mais impressionantemente aparente. Grandes cidades a apenas alguns quilômetros uma das outras [...] estavam em torno de nós (Lander, 1830, p. 95).

Nossa equipe de pesquisa vem estudando e escavando essa paisagem urbana desde 2017, e parece que ainda não fizemos sequer um arranhão nela. Identificamos vários sítios que remontam à Idade do Ferro Inicial, estendendo-se até 400 a.C. Nossa pesquisa, ampliada por modelagem por aprendizado de máquina [*machine-learning*], mostra que pequenas aldeias da Idade do Ferro Inicial e Média se espalhavam pela paisagem antes que o império as urbanizasse no final do século XVI. Suspeito que a paisagem urbana de Oió na metrópole cobre pelo menos um raio de 25 km ao redor da capital. No entanto, ainda temos que conhecer o tamanho e a composição dessa paisagem urbana. É aqui que o LiDAR seria útil.

A busca por uma pesquisa LiDAR na metrópole de Oió está no cerne de várias questões a serem respondidas sobre ecologia humana, sustentabilidade, resiliência e vulnerabilidade. O Império de Oió e sua metrópole prosperaram na segunda metade da Pequena Idade do Gelo, quando o clima instável era a norma. A capital foi estabelecida em uma zona ecológica frágil, suscetível a episódios de secas de vários anos. No entanto, apesar desses desafios, Oió-Ilé e suas cidades satélites prosperaram. Os líderes políticos mobilizaram cidadãos e escravizados para desviar água das colinas para as terras baixas, criar lagoas artificiais, alargar rios e áreas pantanosas e construir terraços. As estratégias adaptativas de longo prazo que evoluíram nessa região e culminaram em uma das paisagens urbanas mais densamente povoadas da África entre 1570 e 1840 é um dos pontos focais do nosso estudo. Essa área e muitas outras em toda a África aguardam a colaboração de um elenco internacional de arqueólogos. Um consórcio do sul global poderia liderar o caminho.

Sob o que chamamos de descolonização, arqueólogos e historiadores estão fazendo perguntas sobre a relevância dos quadros teóricos que herdamos para explicar tópicos como formação de estados, origens da democracia, genealogias da liberdade, desigualdade social, guerra e paz, relações de gênero, entre outros. É certo que algumas das ideias hegemônicas que lançaram as bases para as teorias sociais que herdamos do colonialismo já não se sustentam, como David Graeber e David Wengrow desafiaram em seu livro, *The Dawn of Everything: A New History of Humanity* (2023). A arqueologia da África nos ensinou que a complexidade social não é apenas sobre desigualdade social; a formação de estados não precisa levar à formação de classes. A formação de estados pode ter criado a elite, mas não impediu a mobilidade social. A arqueologia da África nos ensinou que modalidades horizontais e hierárquicas de poder, autoridade e governança podem coexistir dentro do mesmo sistema político e que a presença de reis divinos não se traduzia automaticamente em autocracia. Na verdade, princípios de democracia, representação de grupos de interesses diversos e compartilhamento de poder multipolar estão embutidos nessas instituições de realeza. Essas percepções vieram do trabalho arqueológico na África, de Ilé-Ifè a Grande Zimbábue e Dhar Tichitt a Igbo-Ukwu. Aprendemos desde a década de 1980 que a Jenne-Jeno do século IV (Mali) e a Dhar Tichitt de 1600 a.C. (Mauritânia) eram cidades sem cidadelas ou reis. A civilização Nok produziu algumas das esculturas de terracota mais requintadas e uma tecnologia de ferro sofisticada na história mundial de 800 a.C. a 300 d.C., mas eles não construíram cidades ou reinos. As cidades Iorubá na Nigéria e na República do Benin eram governadas por monarquias e cercadas por muros perimetrais, mas esses não eram muros de exclusão. Os próprios atos de construir esses muros serviram ao propósito de promulgar e estabelecer cidadania. Eram atos de construção comunitária mobilizados não pelo rei, mas por linhagens e outros grupos corporativos que constituíam as cidades.

Com essas percepções, a arqueologia da África tem estado na vanguarda da desmistificação e revisão das teleologias sobre a evolução cultural humana que ainda dominam e permanecem sacrossantas em muitos dos nossos livros didáticos globais de arqueologia. A África e outras

partes do Atlântico Sul, incluindo o Brasil, oferecem a oportunidade de reescrever a arqueologia global de baixo para cima. Portanto, não apenas o momento atual é propício, mas já passou da hora de arqueólogos brasileiros e africanos se engajarem mutuamente em projetos colaborativos e comparativos. As sociedades que estudamos eram locais dinâmicos e resilientes de inovação antes que o colonialismo genocida e o capitalismo racial destruíssem sua constituição social ou distorcessem a lógica de sua existência.

Ao concluir minha fala, quero agradecer pela coragem e visão de futuro ao me dar o palco para destacar a arqueologia da África na abertura do XXII Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia. Isso é histórico. Minha pergunta para vocês é: quando irei vê-los na África? Enquanto aguardo sua resposta, permitam-me sugerir uma área em que podemos começar nossa colaboração. Devemos começar a treinar conjuntamente estudantes em arqueologias brasileira e africana, abordando um país, uma cultura ou uma região de cada vez. Para muitas regiões na África, a história cultural mais básica ainda precisa ser elaborada. Estudos etno-arqueológicos e estudos de materiais e paisagens oferecem áreas promissoras de entrada, seja para o passado recente ou distante. Muitos países, da Guiné-Bissau a Angola, do Senegal a Moçambique, necessitam de métodos arqueométricos e estudos bioarqueológicos. Oportunidades de colaboração aguardam arqueólogos brasileiros na África. Posso assegurar que muitas instituições africanas estão prontas para colaborar com vocês.

Milhões de brasileiros consideram a África como sua pátria ancestral. Devemos considerar recrutar e dar treinamento a membros dessa comunidade em arqueologia da África e história da África para construirmos sobre o trabalho que Marcos Leitão de Almeida está fazendo na África Centro-Occidental, Bruno Máximo na África Ocidental e Camilla Agostini e Patrícia Marinho de Carvalho sobre a diáspora africana no Brasil, entre outros. Aqui, prometo fazer a minha parte. Estou interessado em recrutar e treinar estudantes brasileiros interessados em fazer pesquisa de doutorado em arqueologia da África e história profunda. Envie-os para mim para a Universidade Northwestern. Com isso, encerro esta fala esperando que seja continuada em outro dia.

Obrigado pela audiência!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Marcos Abreu Leitão de. *Speaking of Slavery: Slaving Strategies and Moral Imaginations in the Lower Congo (Early Times to the Late 19th Century)*. 2020. Thesis (PhD in African History) – Northwestern University, Evanston (US), 2020.
- BARCIA, Manuel. *West African Warfare in Bahia and Cuba*. Oxford (GB): Oxford University Press, 2016.
- BOSMAN, Wilhelm. *A New and Accurate Description of the Coast of Guinea, Divided into the Gold, the Slave, and the Ivory Coast's*. London: Printed for Sir Alfred Jones by Ballantyne, (1907 [1705]).
- BREUNIG, Peter (ed.). *Nok: African Sculpture in Archaeological Context*. Frankfurt am Main (DE): Africa Magna, 2014.
- CHIRIKURE, Shadreck. *Great Zimbabwe: Reclaiming a "Confiscated" Past*. Abingdon (GB): Routledge, 2020.
- EHRET, Christopher. Linguistic Archaeology. *African Archaeological Review*, v. 29, n. 2-3, p. 109-30, 2012.
- EHRET, C. (2023). *Ancient Africa: A Global History, to 300 CE*. Princeton (US): Princeton University Press.
- ENGMANN, Rachel Ama Asaa; ENGMANN, Dorothy Ann. Excavating Knowledge: Transformative Critical Heritage Pedagogies and Participatory Democracy at Christiansborg Castle (Ghana). In: SAMUELS, Kathryn Lafrenz; DAEHNKE, Jon D. (ed.), *Heritage and Democracy: Crisis, Critique, and Collaboration*. Gainesville (US): University Press of Florida, 2023. p. 147-169.
- FROBENIUS, Leo. *The Voice of Africa*. [S. l.]: Hutchinson and Co., 1913. v. 1-2.

- FUNARI, Pedro P. *The Archaeological Study of the African Diaspora in Brazil in Akinwumi Ogundiran e Toyin Falola: Archaeology of Atlantic Africa and the Atlantic Diaspora*. Bloomington (US): University of Indiana Press, 2010.
- GRAEBER, David; WENGROW, David. *The Dawn of Everything: A New History of Humanity*. New York (US): Picador Paper, 2023.
- HAALAND, Randi. Sedentism, Cultivation and Plant Domestication in the Holocene Middle Nile Region. *Journal of Field Archaeology*, v. 22, n. 2, p. 157-173, 1995.
- HILDEBRAND, Elisabeth A. et al. A Monumental Cemetery Built by Eastern Africa's First Herders Near Lake Turkana, Kenya. *PNAS*, v. 115, n. 36, p. 8942-8947, 2018.
- HOLL, Augustin F. C. Early West African Metallurgies: New Data and Old Orthodoxy. *Journal of World Prehistory*, v. 22, p. 415-438, 2009.
- HOLL, Augustin F. C. et al. *Ancient African metallurgy: The Sociocultural Context*. Walnut Creek (US): AltaMira, 2000.
- HUYSECOM, Eric et al. The Emergence of Pottery in Africa During the Tenth Millennium Cal BC: New Evidence from Ounjougou (Mali). *Antiquity*, v. 83, n. 322, p. 905-917, 2009.
- ICHUMBAKI, Elgidius B.; LUBAO, Claudia B. Musicalizing Heritage and Heritagizing Music for Enhancing Community Awareness of Preserving World Heritage Sites in Africa. *International Journal of Heritage Studies*, v. 26, n. 4, p. 415-432, 2020.
- KLIEMAN, Kairn A. *"The Pygmies Were Our Compass": Bantu and Batwa in the History of West-Central Africa, Early Times to c. 1900 C.E.* Portsmouth (GB): Heinemann, 2003.
- LANDER, Richard. *Records of Captain Clapperton's Last Expedition to Africa, with the Subsequent Adventures of the Author*. London (GB): Henry, Colburn and Richard Bentley, 1830. v. 1-2.
- MITCHELL, Peter. *The Archaeology of Southern Africa*. Cambridge (GB): Cambridge University Press, 2002.
- MONROE, J. Cameron. "Elephants for Want of Towns": Archaeological Perspectives on West African Cities and Their Hinterlands. *Journal of Archaeological Research*, v. 26, n. 4, p. 387-446, 2018.
- MONROE, J. Cameron, OGUNDIRAN, Akinwumi. *Power and Landscape in Atlantic West Africa: Archaeological Perspectives*. Cambridge (GB): Cambridge University Press, 2012.
- OGUNDIRAN, Akinwumi. *The Yoruba: A New History*. Bloomington (US): University of Indiana University Press, 2020.
- OGUNDIRAN, Akinwumi; FALOLA, Toyin (ed.). *Archaeology of Atlantic Africa and the African Diaspora*. Bloomington (US): Indiana University Press, 2007.
- PEREIRA, Duarte de Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*. Edição crítica anotada por A. E. da Silva Dias. Portugal: Typographia Universal, 1905.
- PHILLIPSON, David W. A Life in African Archaeology: Autobiographical Notes. *African Archaeological Review*, v. 40, n. 1, p. 237-262, 2023.
- SCHMIDT, Peter R. *Iron Technology in East Africa: Symbolism, Science, and Archaeology*. Bloomington (US): Indiana University Press, 1997.
- SHAW, Thurstan (ed.). *Lectures on Nigerian Prehistory and Archaeology*. Ibadan (NG): Ibadan University Press, 1969.